

Editorial

Três temáticas relativamente abrangentes polarizam o presente número de *Cidades. Comunidades e Territórios* – “os jovens e a cidadania urbana”; “violência urbana: riscos e mitos”; “da requalificação urbana”. Como é evidente, não pretendem orientar a leitura dos textos, nem muito menos esgotam as questões e os próprios temas aqui em discussão, mas não deixam de destacar os conteúdos de algumas das contribuições neste número da revista. Por outro lado, se a temática dos “jovens” é, enquanto tal, relativamente original nesta publicação, as restantes temáticas não serão propriamente novas nas abordagens que a revista, ao longo dos seus sete números, tem vindo a editar. É o caso das questões sobre a “violência urbana” e, mais genericamente, a discussão, desde o primeiro número, da temática da “requalificação urbana”, aqui adoptada na sua multiplicidade de noções e de instrumentos de intervenção urbana e territorial.

Entre as contribuições inseridas nesta edição, será certamente de destacar que continuamos a manter uma das principais orientações da revista, que é a de divulgar textos de autores estrangeiros, alguns dos quais já colaboraram em números anteriores. Na generalidade, trata-se de consultores técnico-científicos do Centro de Estudos Territoriais, nomeadamente no acompanhamento e, por vezes, na supervisão de diversas pesquisas empíricas, mas também enquanto investigadores que, através das respectivas instituições, se encontram integrados em redes de investigação nas quais o CET e boa parte dos seus membros participam.

Uma outra orientação, também presente neste número, tem a ver com a diversidade de perspectivas analíticas, seja de profissionais das ciências da educação, seja mais genericamente das ciências sociais, com um particular enfoque na sociologia, mas também na demografia e na antropologia, seja, enfim, na própria área da arquitectura e da urbanística. Por outro lado, o perfil desta publicação segue, ainda, a estrutura adoptada desde o número inicial, com um primeiro bloco de artigos, seguido de um grupo mais pequeno de ensaios, para terminar com as rubricas habituais, nomeadamente as das resenhas e das bibliografias.

Assim, o texto que abre a presente publicação, de Jacques Pain e Alain Vulbeau, abre também uma discussão sobre a primeira temática indicada, concretamente sobre os jovens e os laços sociais. Numa tal abordagem, que os autores procuram situar num percurso que vai da “estigmatização” à “competência”, diversos temas estarão em causa, nomeadamente as questões da “violência” e da “incivilidade”. Não deixam, por isso, de discutir alguns dos mitos associados à “juventude”, para concluir que é na relação com o outro, através dos processos de socialização, que os jovens podem vir a ser reconhecidos como “actores competentes”.

O texto que se segue nesta publicação, de Dulce Moura (e de uma equipa alargada de consultores e de investigadores), retoma o tema da “violência urbana”, em especial a que aparece associada aos jovens, mas na presente abordagem são as cidades – particularmente o caso de Lisboa – que aparecem como mediadoras da conflitualidade, mas também como locais privilegiados de produção dos processos identitários de natureza social e urbana. Uma tal discussão apresenta-se, assim, relativamente especificada a uma situação concreta e num quadro problemático muito particular, aplicado a determinados bairros de realojamento social em Lisboa. Estará em causa discutir, portanto, as políticas públicas em torno deste tão controverso instrumento de intervenção urbana, através do qual se dilucidam alguns dos mecanismos que estão na origem dos discursos e das práticas da “insegurança urbana” e da “delinquência juvenil”.

O texto seguinte, de Eduardo Viegas Ferreira, não deixa de se articular, na discussão de certas noções, com o texto anterior, ao mesmo tempo que alarga a área de reflexão, neste caso centrado no território metropolitano de Lisboa. A temática abordada é, ainda, a da “violência urbana”, procurando o autor questionar-se se estaremos perante um processo, ainda que amplamente conotado com diversos riscos, mas sobretudo com muitos mitos urbanos, em vias de “regressão”. Apoiando-se numa ampla literatura sobre as questões da dita “segurança urbana”, mas também em diversas informações empíricas, sobretudo de base quantitativa, o

autor questiona-se também sobre diversos mecanismos que estão a montante e a jusante de um estado de alguma “insegurança” nas cidades (muitas vezes nas “não-cidades”!), quer no quadro económico e social, quer na regulamentação e na aplicação dos sistemas judici

ais e policiais, numa interacção que em determinados contextos pode ser, efectivamente, “explorativa”!

Os artigos seguintes mudam, abertamente, de registo analítico. No primeiro caso, o texto de Catherine Bonvalet e de Jacques Brun pretende fazer um balanço das investigações em torno da mobilidade residencial em França. Começando por fazer uma discussão sobre a mobilidade, nos seus vários enunciados, e, particularmente, sobre a eventual “medida” dessa mesma mobilidade, os autores sintetizam uma leitura transversal e longitudinal da mobilidade residencial em França, partindo do princípio que este tipo de mobilidade é indissociável de outras modalidades de deslocação, nomeadamente, da mobilidade quotidiana. Tratando-se de um ponto de situação sobre os estudos e as pesquisas realizados naquele país sobre aquele eixo privilegiado das transformações sociais, demográficas e políticas em contexto urbano, os autores confrontam-se, igualmente, com problemas de ordem analítica e metodológica, terminando com uma sucinta avaliação das perspectivas da actual investigação em torno daquela temática.

O último texto deste primeiro grupo de artigos, de Vítor Matias Ferreira, constitui um novo registo analítico. Abordando, sucintamente, os processos de expansão e de identificação do território metropolitano de Lisboa, nas últimas quatro décadas, o autor pretende defender uma hipótese socio-urbanística e política, sustentando a necessidade de constituição institucional do que poderia vir a

ser designado de Metrópole de Lisboa. Contrariando, portanto, essa noção híbrida e informe que dá pelo nome de “área metropolitana”, o autor defende que é do interesse de um espaço efectivamente metropolitano e de um diferente ordenamento territorial da região polarizada por Lisboa, que a referida hipótese adquira pertinência, se não mesmo urgência, no actual contexto assimétrico e iníquo do território nacional.

Como se disse, um segundo grupo de textos assume uma configuração mais de natureza ensaística. Concretamente, o primeiro ensaio, de José Cavaleiro Rodrigues, retoma a temática dos processos de realojamento dos bairros sociais, centrando a sua análise num bairro de Lisboa. Discutindo as lógicas sociais produzidas no quadro daqueles processos de realojamento e depois de comentar criticamente aquele tipo de intervenção no bairro estudado, o autor dá conta de diversas conflitualidades em função dos processos identitários e de estatuto que atravessam a comunidade entretanto realojada. O ensaio seguinte, de Elisa Vilares, introduz uma nova temática, da “regeneração urbana” que, como dissemos no início, deve ser enquadrada num quadro problemático mais amplo, isto é, dos processos de requalificação urbana. Fazendo uma breve revisão da literatura (sobretudo anglo-saxónica) sobre aquela temática, a autora dá conta de novas posturas urbanas, genericamente conotadas com os fenómenos de “gentrification” (para continuarmos no mesmo referente linguístico) e que correspondem, ao fim e ao cabo, aos movimentos de “regresso à cidade”.

O presente número termina, então, com as rubricas já anteriormente assinaladas e que desde o início da publicação da revista têm constituído espaços privilegiados de recenseamento crítico e bibliográfico.

Vítor Matias Ferreira

Post-scriptum

Com a publicação do presente número da revista – o número sete que, curiosamente, rima com o próprio CET – o director desta publicação cessa funções, por vontade própria, dessa mesma responsabilidade de direcção. Tal acto deve ser entendido, fundamentalmente, no quadro de uma normal rotatividade de responsabilidades entre os membros do Centro de Estudos Territoriais. E se é certo que este projecto editorial tem vindo a consolidar o seu próprio “território”, uma tal rotatividade só pode vir a ser benéfica em relação a esse mesmo projecto. Tratando-se de um projecto colectivo, foram muitos os que contribuíram para aquela progressiva consolidação. E se neste momento faz sentido saudar, publicamente, todos os que têm vindo a colaborar neste projecto, o ainda responsável pela revista deseja expressar um agradecimento muito particular à socióloga Elisabete Lopes, secretária de redacção da revista, mas, ao fim e ao cabo, o verdadeiro *ânimo* (“alma”) deste projecto editorial do Centro de Estudos Territoriais.

VMF